

Aprovado: Hora extra será paga em dobro

Mas remuneração dobrada de férias foi rejeitada na votação que durou meia hora

ADAUTO CRUZ



José Fogaça: manobra

Chamada é lenta para dar quórum

MARBA FURTADO
Da Editoria de Política

O relator-substituto da Comissão de Sistematização, senador José Fogaça (PMDB-RS), fez ontem a chamada nominal mais longa desde que o substitutivo do relator Bernardo Cabral começou a ser votado. Durante 15 minutos, ele empreendeu uma verdadeira maratona, passando de uma folha a outra da lista de titulares e suplentes que compõe os 93 membros da Comissão e só conseguiu completar a listagem daqueles partidos de menor bancada. A votação da primeira emenda, adiada de sábado para ontem por falta de quórum, quase ficou prejudicada pelo vazio do plenário. Dos 93 titulares, somente 48 estavam presentes e apenas 19 suplentes compareceram para responder pelas vagas.

Estes números, no entanto, foram conseguidos graças à habilidade de José Fogaça. Vendo que o quórum era insuficiente, ele retardou o máximo possível a chamada. Acabava uma lista de titulares, passava à de suplentes, retornando à lista anterior. A chamada mais dramática foi a da bancada do PMDB, com apenas 24 de seus 49 titulares presentes. Ao chamar os suplentes, só 12 responderam, ficando incompleta a lista.

Estava em jogo, com este quórum reduzido, a emenda do deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), propondo substituir o texto do inciso XIV do artigo 6º do substitutivo, referente às horas extras do trabalhador. O constituinte do Movimento Unidade Progressista tinha como proposta: "Proibição de serviço extraordinário salvo, os casos de emergência ou força maior, com remuneração em dobro".

Pelo menos nas duas chamadas nominais seguintes, ou até por volta das 16h30, José Fogaça teve a mesma dificuldade. Embora o quórum aumentasse, o quadro de suplentes era sempre insuficiente para completar o também insuficiente quadro de titulares. A situação transformou a reunião em um jogo de sucessivos resultados inesperados. O deputado Floriceno Paixão (PDT-RS) viu sua emenda derrotada por uma margem pequena de votos, 49 contra 28, depois de um esforço máximo de Fogaça para completar as listas de cada bancada.

Voto eletrônico começa a ser usado na sexta

O sistema eletrônico de votação poderá começar a ser utilizado pela Comissão de Sistematização, na próxima sexta-feira. A adaptação do sistema — previsto inicialmente para o plenário — custará em torno de Cz\$ 3 milhões, segundo técnicos, e permitirá que uma votação — que hoje dura entre 10 e 12 minutos — seja feita em 5 minutos. O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), pretendia ver o sistema funcionando desde ontem, mas alguns problemas técnicos impediram que isso acontecesse.

A principal dificuldade na adaptação do sistema, de acordo com técnicos, referia-se ao voto do presidente. E que no plenário, conforme prevê o Regimento da Câmara, o presidente somente votará em caso de empate, e fora dessa hipótese registrará o voto "abstenção". Devido a essa norma regimental, o programa do computador registra sempre "abstenção" para o presidente. Na Comissão, entretanto, o presidente pode votar sem restrições.

Outro problema — o dos suplentes — já foi resolvido. Como é impossível fazer um programa incluindo os eventuais suplentes, estes serão chamados pelo presidente da sessão a votar, e anunciarão então seu voto.

Com o início do funcionamento do sistema eletrônico a mesa da Constituinte espera acelerar o processo de votação, na Comissão de Sistematização, do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral. O prazo previsto no regimento para que o texto seja aprovado já foi prorrogado por mais 20 dias pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e agora termina no dia 28 de outubro, quando deverá ser encaminhado ao plenário.

Em pouco mais de meia hora, a Comissão de Sistematização encerrou ontem a votação das emendas relativas ao inciso XIV do artigo 6º, que trata de horas extras, aprovando por 53 votos contra 37 a proposta do deputado Ademir Andrade (PMDB-PA). Com isto, todo serviço extraordinário deverá ser pago em dobro ao trabalhador. Esta solução só não foi apoiada pelo PFL e pelo PDS, mas foi vista como uma forma mais branda em relação à emenda prejudicada anteriormente, defendida pelo deputado Nelson Friedrich, que proibia o serviço extra mas previa seu pagamento em dobro quando necessário.

Se os constituintes aprovaram o pagamento em dobro das horas extras, não fizeram a mesma concessão às férias do trabalhador. "Pagar férias em

dobro é um estímulo à vadiagem", exclamou da tribuna o deputado Gerson Peres (PDS-PA) — o único de seu partido a votar a favor da emenda de Ademir Andrade — ao se pronunciar contrário à proposta apresentada pelo deputado Floriceno Paixão (PDT-RS). Esta colocação, que segundo o deputado Edmilson Valentim (PC do B-RJ) é velha e remota ao início do século ("quando o empregador achava que mais de 15 dias de férias levava o trabalhador para o mau caminho", lembrou), veio acompanhada das preocupações do pedesista sobre o futuro das pequenas e micro empresas. Para ele, pagar férias em dobro inviabilizaria a empresa nacional.

Como resultado, a emenda foi rejeitada por 49 votos contra 28. A consequência desta rejeição foi prejudicar outras cinco

emendas que estavam para ser votadas e tinham conteúdo idêntico: "Gozo de trinta dias de férias anuais com remuneração em dobro". A alternativa a esta proposta foi a emenda do deputado Gastone Righi (PTB-SP): "Gozo de férias anuais remuneradas em, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal".

O líder petebista defendeu sua matéria recorrendo a uma prática dos trabalhadores: a "venda" de 10 dias das férias. Sua proposta correspondia ao pagamento, pela empresa, deste um terço vendido pelo trabalhador. "Ele ficaria, pelo menos, com 20 dias em dobro", lembrou. Para Gastone, este seria o primeiro passo para a conquista de "férias efetivamente remuneradas e compensadas em dobro". A emenda foi rejeitada por 43 votos contra 32.

GIVALDO BARBOSA



Albano com Egídio Lima: investimento pode cair

Empresários vão tentar reverter voto no plenário

O presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, era ontem o constituinte mais nervoso e agitado no plenário da Comissão de Sistematização. Ainda sob o impacto da estabilidade aprovada através da proibição da demissão motivada, o representante dos empresários na Constituinte viu passar sem maiores dificuldades o pagamento de horas extras em dobro, 120 dias de licença para gestantes e, para finalizar, o aviso prévio proporcional ao tempo de serviços.

Mas de todas as mudanças do capítulo dos direitos dos trabalhadores, a única derrota que os empresários ainda não conseguiram engolir foi a estabilidade, prevista com a garantia do emprego, salvo com a ocorrência de falta grave, justa causa fundada em fato econômico ou nos contratos a termo.

Inconformados com o texto aprovado sobre o assunto, do Cabral II, os constituintes representantes do empresariado liderados pelo senador Albano Franco estão se mobilizando desde já para reverter a disposição dos incisos, o que alteraria o conteúdo no que diz respeito à estabilidade. Depois de uma reunião com o presidente da Constituinte e a cúpula do PMDB, o presidente da CNI anunciou ontem que se chegou a uma alternativa para "aperfeiçoar" a proposta aprovada.

A nova fórmula consiste em substituir o Inciso I do artigo 6º, que proíbe a dispensa imotivada, pelo Inciso 17 do mesmo caput, que permitiria a demissão sem justa causa com o pagamento de uma indenização e aviso prévio proporcionais ao tempo de serviços. Se os empresários conseguirem os 280 votos necessários no plenário da Constituinte para aprovar esta fórmula, eles terão ressuscitado exatamente a proposta da emenda dos gaúchos, rejeitada agora na Comissão de Sistematização.

Desde a aprovação da estabilidade, Albano Franco tem proferido na imprensa os efeitos nocivos que a medida causará no meio empresarial e por extensão à economia nacional. O fechamento do mercado de trabalho e a suspensão dos investimentos por parte dos empresários são algumas das consequências enumeradas pelo presidente da CNI, o que, segundo o próprio senador, teria sensibilizado o presidente Ulysses Guimarães e os líderes de alguns partidos no sentido de trabalhar pela melhoria do texto aprovado.

Depois da votação eu conversei com o Ulysses, Fernando Henrique e José Serra. Eu lhes

disse que a maior parte dos empresários entendeu que passou a estabilidade total e diminuíram os investimentos e que o melhor seria se o assunto fosse remetido para a legislação ordinária. Eles se mostraram preocupados em achar uma nova fórmula para resolver este problema — revelou Albano Franco.

Ao serem notificados da reunião com a cúpula peemedebista, mitos constituintes ligados ao setor progressista entenderam que a manobra para a modificação do texto aprovado, com a transposição dos incisos, seria feita já, ainda na Sistematização, o que regimentalmente é impossível. As reações partiram de todos os lados, até que fossem tranquilizados com a explicação de Albano Franco de que as modificações só serão tentadas no plenário da Constituinte.

Eles estão fazendo pressão sobre a Constituinte e o Doutor Ulysses. Só que não podem mexer no texto agora, se fizerem isso vai ter "nelê", teremos que anular tudo que já foi aprovado até agora — reagiu o vice-presidente da Sistematização e líder do PDT Brandão Monteiro.

Quando eles espalham que vai haver corte nos investimentos e restrição no mercado de trabalho, estão aderindo à prática do terrorismo. Mas não acredito que o presidente da Constituinte vá se prestar a este triste papel — completou, inflamado, o deputado José Genoíno, do PT paulista.

REPERCUSSÕES

O presidente da CNI Albano Franco não pôde precisar as repercussões que as novas medidas aprovadas ontem causarão ao setor empresarial, mas tinha uma certeza: a estabilidade e o pagamento de horas extras em dobro se constituem grave ameaça à sobrevivência das empresas. "É lamentável, pois são matérias que não constam das constituições de nenhum país do mundo. Infelizmente está faltando articulação política, entretanto, o pagamento das horas extras em dobro não irá afetar o nível do emprego e sim o preço dos produtos, já que a mão-de-obra será encarecida", avaliou Albano Franco.

Do outro lado, satisfeito com os avanços conseguidos no campo do Direito dos Trabalhadores, o deputado Luiz Inácio Lula da Silva não se impressionou com o estardalhaço de Albano Franco contra as mudanças.

Comércio prevê demissão

A redução de investimento e demissões em massa poderão ocorrer caso seja mantido o artigo 6º do capítulo dos direitos sociais do substitutivo da Comissão de Sistematização, que estipula a estabilidade no emprego. A opinião foi manifestada ontem por vários empresários brasileiros que estão preocupados com a manutenção do artigo aprovado na última quinta-feira.

Uma das consequências da estabilidade do emprego, segundo o presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Nuri Andraus Gassani, será uma rápida automação do comércio em substituição de mão-de-obra. Gassani afirma que no comércio não há um rodízio de trabalhadores tão acentuado quanto em outros setores. Mas com a estabilidade no emprego, assegura ele, os empregados cujo desempenho não for consi-

Cristina vai cumprir a tabela

O anúncio feito ontem pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) — ela declarou que está se filiando ao Partido Socialista Brasileiro — é tática, e na prática ela continua no PMDB pelo menos até o final dos trabalhos da Comissão de Sistematização, sob pena de perder o direito a voto nas modificações que vêm sendo feitas no segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral.

Mesmo sem efeito prático, a decisão de Cristina Tavares causa desconforto dentro do grupo em que atua — o Movimento Unidade Progressista do PMDB — onde tem uma posição de liderança. A deputada perdeu força para falar em nome dos progressistas, "mas teve sua decisão apoiada por seus companheiros: 'É compreensível que ela tenha chegado a este ponto, pois a situação dentro do PMDB para os progressistas está beirando o insuportável' — declarou o deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR).

Como Cristina, vários peemedebistas estão com passagem de ida para outras legendas marcadas. A maior parte dos 40 integrantes do MUP deve ir para o PSB, outra deve integrar uma legenda nova — o nome poderia ser Partido Socialista Democrático Brasileiro — PSDB — e contaria com uma importante adesão — a do senador Fernando Henrique Cardoso (SP). De qualquer maneira, não será de se estranhar se mais membros do PMDB anunciarem, nos próximos dias, a decisão de saírem do partido, em busca de opções mais progressistas.

PDS agora vai pregar diretas contra Sarney

A realização de eleições diretas e em todos os níveis será defendida amanhã na reunião do PDS pelo deputado Victor Faccioni (PDS-RS), que a considerou inevitável diante do fracasso do Governo José Sarney e dos governadores estaduais, quase todos do PMDB.

Faccioni alega que a população foi ludibriada nas últimas eleições, com a farsa do Plano Cruzado, e que hoje está decepcionada e frustrada até mesmo com a Assembléia Nacional Constituinte. As diretas e em todos os níveis já no próximo ano seriam um novo julgamento.

RESPONSABILIDADE

Estranha Faccioni que o PMDB, o grande beneficiado "dessa ilusão", esteja, agora, procurando fugir à sua responsabilidade e colocar um pé no Planalto e outro na oposição. Isso é ruim para o País porque o Governo, que já se encontra em posição precária, ficaria ainda em condições mais difíceis com o afastamento do PFL em decorrência da extinção da Aliança Democrática.

O Presidente enquanto aguarda a solução do PMDB, está totalmente imobilizado, sem combater a inflação, a recessão e o aumento do custo de vida, tornando a população mais desesperada e levando-a mesmo à revolta. E nesse momento que o PMDB está, a seu ver, procurando salvar sua própria pele, o que deixa o presidente José Sarney em dificuldades superiores às anteriores. O desfecho será uma crise imprevisível.

Para evitar isso é que Faccioni espera a realização de eleições gerais e diretas em todos os níveis, dando possibilidade ao povo de eleger os que estão cumprindo com seu dever e derrotar os que, no poder, não confirmaram suas promessas demagógicas. O PDS, como acentuara na reunião do partido, amanhã, tem autoridade moral para fazer essa campanha porque sempre advertiu que o Plano Cruzado era uma farsa e que o povo estava sendo enganado.

MUP acusa o PMDB de ser "incoerente"

Os integrantes do Movimento Unidade Progressista (MUP) do PMDB levarão hoje à reunião da executiva nacional do partido um documento onde reafirmam seu descontentamento com os rumos do governo Sarney e condenam o comportamento incoerente do partido, que, ao apoiar o Presidente, contraria os seus princípios programáticos. O objetivo deste documento — o segundo na mesma linha em menos de 15 dias — é, segundo o deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), "obrigar o partido a se olhar no espelho" e ver as suas próprias contradições.

Um dos itens do documento, detalhado numa reunião realizada ontem à noite na casa do deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), é flagrantemente contraditório entre governo e PMDB, apontando-se no documento "Democracia e Desenvolvimento" — que o presidente Sarney quer ver apoiado pelo PMDB — e comparando-as com o programa do partido. "No documento resultante da convenção do partido realizada em julho, há a expressa condenação à criação das plataformas de exportação, que hoje estão abrigadas no documento do presidente Sarney. 'Não é possível que o partido apóie algo com que a maioria dos convencionais não concorda'", afirma Friedrich.

Ainda segundo o deputado paranaense, o MUP tende a ser "a consciência crítica do PMDB".

PAGAMENTO EM DOBRO DA HORA EXTRA

Votação na Comissão de Sistematização

SIM	PMDB	Vicente Bogo Wilson Souza
	Abigail Feitosa Ademir Andrade Artur da Távola Carlos Mosconi Cristina Tavares Egídio Ferreira Lima Francisco Pinto Haroldo Sabóia Antônio Britto João Herrmann Neto José Fogaça José Paulo Bisol José Ullisses de Oliveira Mário Lima Nelson Carneiro Nelson Jobim Nelson Friedrich Nelson Gibson Oswaldo Lima Filho Paulo Ramos Pimenta da Veiga Renato Vianna Rodrigues Palma Sigmaringa Seixas Theodoro Mendes Virgildáσιο de Senna Antônio Mariz Euclides Scalco José Carlos Grecco José Costa José Tavares Miro Teixeira Nelson Wedekin Octávio Elisio Uldurico Pinto	Mário Assad Jonas Pinheiro Simão Sessim Gerson Peres Brandão Monteiro Lysiane Maciel Luiz Salomão Francisco Rossi Gastone Righi Joaquim Bevilacqua Luís Ignácio Lula da Silva José Genoíno Adolfo Oliveira Haroldo Lima Roberto Freire Jamil Haddad
NÃO	PMDB	Inocêncio Oliveira José Jorge José Santana de Vasconcelos José Thomaz Nonó Luiz Eduardo José Lourenço Paulo Pimentel Enoc Vieira Ricardo Izar Edison Lobão PDS
	Bernardo Cabral Carlos Sant'Anna João Calmon Raimundo Bezerra Dêlio Braz Israel Pinheiro Marcos Lima	Antônio Carlos Konder Reis Darcy Pozza José Luiz Malta Adylson Motta PDC Siqueira Campos

Gestante ganha quatro meses

A gestante terá garantida a licença remunerada por 120 dias. Esta foi a segunda emenda aprovada ontem pela Comissão de Sistematização, por 65 votos a 13. O texto de Cabral deixava para a lei ordinária a determinação do prazo da licença remunerada da gestante, mas até o relator-adjunto José Fogaça (PMDB-RS) encaminhou a votação favoravelmente à emenda de Irma Passoni. Atualmente, a licença a gestante é de 90 dias. Outra vitória importante dos trabalhadores, ontem — garantia de aviso prévio proporcional ao tempo de serviço e no mínimo de 30 dias — também teve vitória tranquila. Hoje, o aviso prévio tem 30 dias, mas não é proporcional. A emenda do deputado José Maria Ey-mael (PDC-SP) neste sentido foi aprovada por 63 votos a 21, depois que o deputado Wilson Souza (PMDB-SC) concordou em retirar emenda, que pretendia suprimir o inciso sobre aviso prévio e indenização.

Além destas duas emendas e da garantia de pagamento em dobro das horas extras, nenhuma outra modificação significativa foi aprovada. O deputado Mendes Thame (PFL-SP) tentou dar nova redação ao trecho que regula as atividades de risco, mas acabou derrotado por 61 votos a 17. A emenda rejeitada previa a proibição do trabalho em atividades insalubres ou perigosas, "salvo lei ou convenção coletiva de trabalho que promova redução de jornada e ofereça um adicional de insalubridade."

Mais uma vez, a discussão mais longa e desgastante foi causada por uma questão regimental. O deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) não se conformava com sua emenda, garantindo a aposentadoria da mulher aos 25 anos, tivesse sido remediada para o conjunto das emendas que são votadas ao final de cada capítulo e depois incluídas "onde couber".

Durante quase meia hora, Amaral insistiu com o presidente da mesa, senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), para que ele permitisse a votação da emenda junto com a matéria do inciso XX, sobre aposentadoria. "Caso contrário, depois algumas mulheres terão o benefício e outras não", insistiu várias vezes Amaral, sem conseguir convencer Passarinho.

Na sessão de hoje às 14h30, a Sistematização vai prosseguir com a votação a partir do inciso XXIV do artigo 6º. Como o capítulo II, dos Direitos Sociais, tem mais três artigos, dificilmente a Sistematização iniciará ainda hoje a análise do capítulo III, da Nacionalidade.

OS NOVOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

COMO ERAM	COMO FICARAM
XIV — serviço extraordinário com remuneração superior ao normal, conforme convenção;	XIV — serviço extraordinário com remuneração em dobro;
XV — gozo de férias anuais, na forma da lei, com remuneração integral;	XV — SEM ALTERAÇÃO
XVI — licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, nos termos da lei;	XVI — licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, pelo prazo de pelo menos 120 dias;
XVII — aviso prévio e direito a indenização, nos termos da lei;	XVII — aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, no mínimo de trinta dias, e direito a indenização na forma da lei;
XVIII redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;	XVIII — SEM ALTERAÇÃO
XIX — adicional de remuneração para as atividades consideradas penosas, insalubre ou perigosas, na forma da lei;	XIX — SEM ALTERAÇÃO
XX — aposentadoria, bem como a do trabalhador rural;	XX — aposentadoria;
XXI — assistência gratuita aos seus filhos e dependentes em creches e pré-escolas de zero a seis anos de idade completos;	XXI — SEM ALTERAÇÃO
XXII — reconhecimento das convenções coletivas de trabalho;	XXII — SEM ALTERAÇÃO
XXIII — participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação;	XXIII — SEM ALTERAÇÃO